

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

NÃO AO DESEMPREGO ABAIXO O CAPITALISMO 3300\$00 SALÁRIO DE FOME

A manifestação anticapitalista e operária de 7 de Fevereiro expressou uma vez mais as capacidades de auto-organização das forças revolucionárias, a sua fecundidade e eficácia. Com efeito, a manifestação não teria sido possível, com as dimensões que teve e nas condições que se conhecem, sob a bandeira de um dos partidos ou organizações para-partidárias cujos militantes individualmente participaram na manifestação. Convocada por comissões inter-empresas, contra-organizações sindicais de base em oposição aos sindicatos burocratizados e reformistas, a manifestação foi importante, como exemplo a rememorar e desenvolver, não apenas pelo seu apartidarismo como também por ter levado a cabo a desmistificação da força anti-comunista do PCP e da União dos Sindicatos do Sul, bastião da Intersindical fascista-burocrática, que não hesitara, antes da realização da manifestação, em comparar a iniciativa desta a que esteve na base da malograda manifestação dita da «maioria silenciosa» em 28 de Setembro passado.

Todos estes aspectos positivos ganham mais peso e significação quando nos lembramos de que a manifestação tinha sido proibida em termos ameaçadores pelo Estado e que, desse modo, os milhares e milhares de trabalhadores, e o grupo de estudantes presentes (segundo a TV oficial mais de 20 mil) iam preparados para o pior. Só o carácter vincadamente operário da manifestação, bem como a sua força e decisão, impediram a intervenção repressiva das armas, levando-as pelo contrário — o caso dos «comandos» frente à Embaixada americana — a baixarem-se para que os manifestantes passassem por onde tinham decidido passar.

Outro aspecto de grande relevância e sintomático da crise do bloco actualmente detentor do aparelho de Estado, foi a adesão espontânea e vibrante dos soldados do RAI-1 à manifestação frente ao Ministério do

(Conclui na pág. 3)

OS TRABALHADORES DA SCC EXIGEM A SUA IMEDIATA NACIONALIZAÇÃO E A NÃO DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS AOS CAPITALISTAS

É o seguinte o texto da proposta aprovada em Plenário, realizado na Fábrica de Vizalongo, no dia 8/2, com a presença dos trabalhadores de todos os estabelecimentos da Empresa (sede, Vizalongo, Prior Velho, Cervejaria Trindade, Fábrica de Coimbra e Entrepósito do Porto), num total de cerca de 2000 trabalhadores:

«Considerando que a administração se recusou a assumir as responsabilidades de gestão, criando

problemas a fornecedores e estran-do, portanto, num sistema de sabotagem económica;

«Considerando a vontade firme dos trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas em que os frutos do seu trabalho beneficiem todos os portugueses, e não só uma minoria de privilegiados, que têm esbanjando fortunas adquiridas com o suor dos trabalhadores;

«Considerando que é necessário acabar com as injustiças sociais

que existem em Portugal, onde a maioria da população vive em condições económicas deploráveis;

«Que esta assembleia dê representação às comissões de trabalhadores para, com a presença do Movimento das Forças Armadas solicitar ao Governo, através do seu Primeiro-Ministro, e de todas as vias competentes, a imediata nacionalização da empresa».

VER PAG. 2



Os soldados são povo armado

NA 3.ª PÁGINA EDITORIAL: REFORMA AGRÁRIA

TRABALHADORES DA SOC. CENTRAL CERVEJAS EM LUTA CONTRA O CAPITAL DOSSIER

O movimento reivindicativo desencadeado na fábrica de Vialonga da SCC, na 6.ª feira, dia 31 de Janeiro, nasceu do facto de se terem verificado promoções, com retroactivos desde Janeiro de 1974, entre os operários do enchimento, beneficiando claramente um grupo em que sobressaem os chefes e encarregados. Estas promoções não foram pedidas pelos operários nem eram do seu conhecimento, e podem ser identificadas como uma tentativa de dividir os operários do enchimento. O descontentamento agravou-se pelo facto de a reactividade contar a partir de Janeiro

de 1974, uma vez que alguns dos contemplados nessa data ainda não desempenhavam as funções actuais.

Os Trabalhadores da Fábrica de Vialonga reunidos em plenário, considerando que o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril veio proporcionar a todos os trabalhadores o desencadeamento de formas de luta que visem essencialmente melhorar as suas condições de vida, resolveram ocupar as instalações da Empresa e formar piquetes de vigilância, até que a Administração dê uma resposta concreta aos seguintes pontos do seu caderno reivindicativo:

- 1 — Suspensão imediata das promoções e reembolso imediato das já recebidas;
- 2 — Congelamento de promoções a partir do nível 6 e qualquer alteração de vencimento não se pode processar sem prévia aprovação dos trabalhadores;
- 3 — Fim de todos os privilégios tais como: isenção de horário de trabalho, 300 litros de gasolina por mês, 100000 de subsídio de transporte, envelopes mistério;
- 4 — Fim do trabalho extraordinário e do trabalho eventual, para possibilitar a criação de novos postos de trabalho;
- 5 — Assistência social igualizada para todos os trabalhadores independentemente do seu nível ou antiguidade;
- 6 — Uniformização das ajudas de custo pelas mais elevadas;
- 7 — Melhoria imediata do meio/ambiente e condições de trabalho, nomeadamente:
 - a) condições de transporte dos operários dentro da fábrica;
 - b) criação de uma Comissão de Segurança;
- 8 — Melhoria da remuneração do trabalho nocturno;
- 9 — Programa de produção tendente a diminuir o trabalho por turno;
- 10 — Pagamento do 13.º mês a todos os contratados;
- 11 — Igualização de salários de todas as operárias até ao nível 3; secções abrangidas: refectório, limpezas, laboratório, enchimento e movimento;
- 12 — Vencimentos da Administração e dos Funcionários não podem ultrapassar o de Ministro;
- 13 — Que não haja distribuição de lucros aos accionistas, nem de gratificações à Administração referentes ao ano de 1974;
- 14 — O número de Administradores não deve ultrapassar 5;
- 15 — Acabar com as comissões sobre as vendas e criar vencimentos fixos para os trabalhadores que as recebem;
- 16 — Distinção para todo o pessoal;
- 17 — Não aos prémios de trabalho;
- 18 — Distribuição equitativa da verba destinada à gratificação da Páscoa, independentemente do nível de vencimento;
- 19 — Não aos despedimentos nem represálias sobre os trabalhadores que têm conduzido este processo, nem qualquer tipo de despedimento sem aprovação dos trabalhadores.

Pelo caderno reivindicativo os Trabalhadores afirmam a sua posição de acabar com situações de privilégio, a favor da melhoria das condições de trabalho e por uma distribuição equitativa de algumas regalias.

Do caderno reivindicativo já foram satisfeitos os pontos n.º 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 17, 18 e 19.

Quanto aos pontos n.º 6, 9, 11 e 15, os princípios neles enunciados foram igualmente aceites, ficando a sua passagem à prática sujeita a uma análise mais concreta das implicações que em si contém.

Quanto aos pontos n.º 12, 13 e 14, os Trabalhadores pensam que a acumulação de lucros provenientes do trabalho por eles produzido se deve destinar ao robustecimento não só da Empresa como da economia do País, procurando portanto que a aplicação desses lucros se destine à criação de novos postos de trabalho.

Não se pode aceitar que num país em que um terço da população activa ainda não viu realizado o seu direito ao salário mínimo nacional, os capitalistas e administradores do capital continuem a auferir chorudas importâncias à custa do trabalho dos explorados, o que constitui uma verdadeira afronta às baixas condições de vida de grande parte da população.

Quanto aos vencimentos dos administradores e funcionários, os Trabalhadores

da SCC, dentro da mesma perspectiva, consideram que não devem ultrapassar o dos membros do Governo e das altas patentes militares, os maiores responsáveis pela vida portuguesa no actual momento político.

A administração remeteu a resposta a estes pontos (12, 13 e 14) para a decisão da Assembleia Geral de Accionistas.

Os trabalhadores consideram que devem manter todos os serviços em funcionamento para não haver falta do produto no mercado, mas não permitem a entrada da administração nas instalações da empresa enquanto não virem satisfeitos estes três pontos do caderno reivindicativo, que consideram essenciais neste momento de luta.

Foi eleita também em plenário em Vialonga e na Sede de Comissões de Saneamento.

Nos outros estabelecimentos devem também eleger-se Comissões de Saneamento.

Todo este processo decorreu na presença de três elementos do MFA, cuja presença foi solicitada pelos Trabalhadores.

OS TRABALHADORES DA SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS

COMUNICADO N.º 2

A ORGANIZAÇÃO

Art.º 1.º — No sentido de orientar toda a luta dos trabalhadores da sede é criada, a título provisório, uma Comissão Coordenadora de Luta que assegurará também o contacto, quer com outros estabelecimentos quer externos à empresa.

Art.º 2.º — A Comissão é eleita pela Assembleia dos Trabalhadores da sede, única entidade perante a qual responde.

Art.º 3.º — A Comissão é mandatária da Assembleia dos Trabalhadores da sede e só pode ser destituída por esta.

Art.º 4.º — A Comissão é composta pelos seguintes Grupos de Trabalho, através dos respectivos representantes:

- 1 — Contactos Inter-Estabelecimentos Vialonga (Fábricas); Entreponto (Prior Velho); Trindade; Coimbra (Fábrica); Porto (Entreponto) e com Associadas;
- 2 — Comercial;
- 3 — Financeiro;
- 4 — Pessoal;
- 5 — Comunicação Interna e Imprensa;
- 6 — Segurança e Disciplina Interna;
- 7 — Informática;
- 8 — Contencioso;
- 9 — Refectório;
- 10 — Serviços Médicos e Supermercado;
- 11 — Compras;
- 12 — Exportação;
- 13 — Secretariado.

Art.º 5.º — A Comissão reunirá diariamente às 9.30 horas da manhã.

Art.º 6.º — Todas as decisões da Comissão serão transmitidas imediatamente aos Trabalhadores da Empresa através de comunicados afixados junto ao serviço de ponto e noutros locais concorridos da Empresa.

Os Trabalhadores poderão contestar quaisquer decisões.

Art.º 7.º — As Assembleias Gerais de Trabalhadores rectificarão as decisões tomadas pela Comissão.

Art.º 8.º — Considerando-se indispensável a maior disciplina interna, os Trabalhadores velarão solidariamente pelo seu cumprimento. Qualquer infracção deverá ser comunicada imediatamente à Comissão de Segurança e Disciplina Interna, com plenos poderes para resolver os problemas imediatos.

Art.º 9.º — Os trabalhadores assegurarão que é indispensável melhorar a eficiência de todos os serviços, comprometendo-se a tomar medidas rigorosas para evitar qualquer tentativa de sabotagem.

Art.º 10.º — Os Grupos de Trabalho, logo após eleição dos responsáveis, elaborarão as respectivas normas de funcionamento que serão afixadas junto ao ponto e noutros locais da Empresa e, posteriormente ratificadas pela Assembleia Geral dos Trabalhadores.

Art.º 11.º — Estas normas entram imediatamente em vigor logo após aprovação em Assembleia Geral de Trabalhadores.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 1975.

As comissões de trabalhadores só negociam quando mandatadas pelo plenário dos trabalhadores

COMUNICADO N.º 5

Os Trabalhadores dos diversos estabelecimentos da Sociedade Central de Cervejas, têm vindo a organizar piquetes de vigilância permanente cuja finalidade principal é exercer um apertado controlo sobre as entradas e saídas quer de pessoas quer de documentação considerada importante.

Naturalmente foram estabelecidas algumas medidas restritivas quanto à presença de administradores nos edifícios da Empresa e especialmente da Sede em Lisboa, onde aqueles têm instalados os seus gabinetes.

Os Trabalhadores não querem de forma alguma assumir qualquer espécie de poder na gestão da empresa, e por isso reafirmam uma vez mais que a administração continua a ser a única responsável pela sua gestão.

Nesta conformidade dois dos administradores, que voluntariamente se puseram à inteira disposição dos trabalhadores, deram despacho na 2.ª e 3.ª feira a todos os assuntos que carecem habitualmente da sua intervenção.

Por outro lado os Trabalhadores têm vindo a reafirmar na prática o propósito de que o normal funcionamento da empresa não será de qualquer modo afectado desde que a administração directa ou indirectamente a isso não ponha entraves, caso em que será a única responsável por qualquer facto anormal que possa vir a verificar-se.

Com serenidade os Trabalhadores têm vindo a aguardar que a administração se decida a dar uma resposta concreta sobre algumas reivindicações (redução do número de administradores, vencimento da administração e funcionários não superior ao de ministro e não distribuição de lucros e gratificações aos accionistas e à administração) que não foram prontamente satisfeitas durante o plenário de Vialonga, cujos objectivos visam procurar uma maior estabilidade financeira da empresa, da qual dependem milhares de Trabalhadores.

Assim, e conforme compromisso assumido na altura pelos três administradores presentes, os Trabalhadores deviam ter tido já na passada segunda-feira a resposta a uma daquelas reivindicações e conhecer as datas limites para a satisfação das restantes. Ora, isto não aconteceu, não obstante o tal compromisso ter sido assumido perante a Comissão Ad Hoc de Vialonga.

Apesar de tudo os Trabalhadores continuam abertos ao diálogo e a aguardar o que, em devido tempo, a administração (tinha por dever comunicar-lhes, mas não deixariam de denunciar eventuais perturbações que as acções da administração possam provocar.

A Comissão Coordenadora

COMUNICADO N.º 6

As Comissões de Trabalhadores de Lisboa por telefonema de 3.ª feira à noite foram informadas que o Ministério do Trabalho estava interessado em reunir as Comissões com a administração, não sabendo no entanto explicar o objectivo dessa reunião.

Na tentativa de conhecer o objectivo dessa reunião, na 4.ª feira pelas 10 horas deslocaram-se ao dito Ministério do Trabalho dois representantes dos Trabalhadores que estiveram em contacto com o Dr. Marques, no seguimento de instruções do telefonema do dia anterior.

Foi com espanto que os dois trabalhadores verificaram que o referido senhor também não sabia explicar os objectivos a alcançar com tal reunião.

Com maior surpresa ainda, puderam os representantes dos trabalhadores constatar que aquele senhor ignorava o absoluto o que se passava na Sociedade Central de Cervejas.

Para aquele senhor ficar informado foram-lhe entregues os comunicados n.ºs 1 e 2, e foi-lhe dito que os traba-

lhadores não percebiam a razão da intervenção do Ministério do Trabalho dado que consideravam não existir até àquele momento recusa ao diálogo no seio da empresa tanto da parte dos trabalhadores como da parte da administração.

Apesar disto, já cerca das 13 horas o Dr. Marques transmitindo ordens, convocou uma nova reunião entre as Comissões de Trabalhadores e a administração para esse mesmo dia às 16 horas no Ministério.

Como à hora marcada as Comissões ainda não tivessem comparecido à reunião, foram contactadas ainda pelo telefone pelo Dr. Rodrigues Nunes, do Ministério, ao qual foi lida a posição então assumida pelas Comissões, que entretanto se tinham reunido para discutir a questão.

Considerando os compromissos assumidos pela administração e as posições defendidas pelos trabalhadores no plenário de Vialonga o dito Ministério do Trabalho foi informado por leitura ao telefone do seguinte:

- 1 — A administração comprometeu-se a dar resposta aos trabalhadores directamente em plenário!
- 2 — Além disso, foi comunicado à Comissão Ad Hoc de Vialonga pelos três administradores presentes, voluntariamente e sob palavra de honra, que dariam uma resposta até 2.ª feira passada a um dos pontos, não determinado, e fixaria uma data para dar resposta aos outros 2 pontos (os pontos em questão são: redução do número de administradores, vencimento de administradores e funcionários não superior ao de ministro e não distribuição de lucros aos accionistas e de gratificações à administração referentes ao ano de 1974);
- 3 — As comissões quando foram mandatadas pelos trabalhadores não tinham poderes para dialogar ou negociar fora do plenário.

Duas horas depois verificou-se novo telefonema, e foi reafirmada a posição anteriormente assumida.

Cerca das 20 horas, quando já não era possível ouvir a opinião dos trabalhadores, as comissões receberam nova convocação para o dia seguinte, 5.ª feira, pelas 10 horas, mas desta vez para uma reunião só com elementos do dito Ministério do Trabalho, provavelmente com o Dr. Eugénio Rosa.

Depois de muitas horas de discussão foi resolvido que se deslocariam àquele Ministério elementos das Comissões de Trabalhadores da Área de Lisboa, sem qualquer carácter formal, para ouvir o que motivara a intervenção do Ministério.

Recebidos pelo Dr. Rodrigues Nunes, os trabalhadores foram inquiridos sobre o andamento das negociações, tendo dado como resposta que a situação não sofrera alteração. A uma pergunta posta ao Dr. Nunes foi respondido que provavelmente a intervenção do Ministério era da iniciativa deste e não fora solicitada pela administração da S. C. C. (!?).

Seguidamente os trabalhadores foram endossados ao Dr. Eugénio Rosa que afirmou: «O problema é grave, quer porque afecta um grande número de trabalhadores espalhados por várias empresas quer porque as reivindicações em causa assumem um carácter político que pode influenciar o processo democrático em curso».

Disse-nos depois o Dr. Eugénio Rosa que a administração não está disposta a comparecer perante o Plenário dos Trabalhadores em Vialonga.

Perante isto, as Comissões de Trabalhadores convocam um plenário para analisar a situação, que terá lugar na FABRICA N.º 1 (VIALONGA) NO PRÓXIMO SABADO, DIA 8, PELAS 14 HORAS NO ANFITEATRO.

PELA UNIÃO DOS TRABALHADORES DA S. C. C. NA LUTA CONTRA O CAPITAL!
TODOS AO PLENARIO!

O MOVIMENTO DESENCADEADO PELOS TRABALHADORES DA SCC VISA UMA DISTRIBUIÇÃO MAIS JUSTA DE ALGUMAS REGALIAS E REDUZIR A ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA PELOS CAPITALISTAS, PROCURANDO QUE OS LUCROS DO TRABALHO SEJAM RETIDOS NA PRÓPRIA EMPRESA, FORMA DE GARANTIR A SEGURANÇA DE EMPREGO.

Como já foi afirmado no Comunicado n.º 2 o movimento desencadeado pelos trabalhadores da SCC visa uma distribuição mais justa de algumas regalias e reduzir a acumulação de riqueza pelos capitalistas, procurando que os lucros do trabalho sejam retidos na própria empresa, forma de garantir a segurança de emprego.

Está bem claro no espírito de todos os trabalhadores que não se pretende ocupar o lugar dos administradores; eles continuam efectivamente a ser responsáveis pela empresa. Somente neste período, enquanto não for dada resposta às questões pendentes, os trabalhadores

exerceram controle sobre todo o funcionamento dos serviços.

Neste sentido chamamos a atenção de todos os trabalhadores para o facto de todos os serviços deverem correr pelos circuitos hierárquicos normais, com a colaboração de todas as chefias.

A Comissão Coordenadora vem lembrar a todos os colegas que neste momento e mais do que nunca a vigilância eficiente e o bom senso devem estar sempre presentes em cada gesto ou atitude.

Naturalmente irão surgir algumas falhas, pois este estilo de luta é uma experiência nova para a maioria de nós,

mas é bom não esquecer que os erros que porventura forem cometidos não podem servir de pretexto para por em causa a nossa unidade.

Por outro lado, apela-se também para a consciência de todos no sentido de não serem divulgadas informações que não sejam devidamente fundamentadas, o que a não acontecer permite a difusão de boatos que todos repudiamos. (Em consequência de um boato já foi perdido bastante tempo para fazer um arrolamento da documentação existente no gabinete do D. S. Pessoal; podemos afirmar que não existe lá, como se chegou a dizer, qualquer ficheiro secreto).

É importante a colaboração de todos neste momento, por isso devemos fazer guerra ao boato e à desunião!

Informações: Coimbra: realizou-se um plenário esta manhã e continua em funcionamento normal.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1975.

COMUNICADO N.º 3

EDITORIAL

Hoje muito se fala da Reforma Agrária.

São os jornais, a televisão e a rádio; são as declarações do Secretário de Estado da Agricultura, dos demais membros do Governo, do Sindicato dos trabalhadores rurais: são as posições dos diversos partidos; são ainda as manifestações dos trabalhadores agrícolas do Alentejo...

Mas porquê hoje, se os trabalhadores rurais (principalmente do Alentejo) nunca esperaram por qualquer reforma (a tal anunciada há muito no âmbito do Plano Económico e Social), para avançarem na resolução dos seus problemas: primeiro pela conquista de melhores salários e pelas 45 horas semanais; agora, contra o desemprego, com a ocupação de terras não cultivadas pertencentes aos agrários, sua defesa e distribuição a quem as pode trabalhar.

Efectivamente, este é o melhor momento para o Governo lançar as bases da sua Reforma Agrária. Agora, que os trabalhadores rurais lutam e se organizam para defenderem os seus interesses, pretende o Governo actuar, tentando impedir que os trabalhadores levem longe demais a sua luta, que consolidem demais as suas organizações próprias, e por outro lado aproveitar o dinamismo e o conhecimento que os trabalhadores possuem dentro do seu campo de trabalho, para proceder a algumas reformas.

Pretende pois o Governo:

— Canalizar a energia revolucionária dos trabalhadores em reformas que convêm à actual economia portuguesa. Fazer com que a luta dos trabalhadores rurais contra os exploradores agrários se limite a certos agrários — os mais retrógrados, que perderam os privilégios que o fascismo lhes concedia e que não estão dispostos a integrarem-se nos actuais interesses da burguesia de Estado portuguesa.

— E, sobretudo, enquadrar as lutas através de estruturas como os sindicatos reformistas, que se farão substituir à livre iniciativa dos trabalhadores e serão os melhores defensores dos interesses dos novos capitalistas, e mais fáceis interlocutores.

Foi preciso agir e aproveitar o actual momento. Não deixar que a luta dos trabalhadores rurais ultrapassasse os limites necessários. E, simultaneamente começar a levar para a frente o desenvolvimento capitalista do campo, tão necessário ao desenvolvimento do capitalismo de Estado português.

O desenvolvimento da economia portuguesa não se podia limitar à indústria. O campo é também um sector importantíssimo. A dinamização capitalista da agricultura vai fazer diminuir as importações e aumentar as exportações, revitalizar algumas indústrias (nomeadamente as metalomecânicas, as químicas e transformadoras), aumentar o consumo interno e ainda diminuir o desemprego. (Desemprego que este ano é superior ao dos anos anteriores — 10 000 mulheres e 4000 homens — devido à crise que atravessa o sector da construção civil que absorvia grande número de trabalhadores rurais, devido ainda à diminuição da emigração, com o fecho das entradas para a França e Alemanha).

Todos estes factores são claramente expressos por Esteves Belo, Secretário de Estado da Agricultura, em Beja, aquando da manifestação dos trabalhadores daquela região contra o desemprego:

«...em face da situação de desemprego rural alentejano, entendo que desde já, devo anunciar algumas medidas que considero importantes para se conseguir o acréscimo da produção agrícola nacional e para proporcionar empregos aos trabalhadores rurais. O País tem necessidade de importar grande quantidade de produtos agrícolas e pecuários para dar satisfação às necessidades de consumo nacional. As nossas importações do estrangeiro atingem milhares de contos... Todas as terras terão de ser devidamente trabalhadas para criar riqueza.»

Sim, é este o verdadeiro sentido da Reforma Agrária que o Governo propõe: aumentar a produtividade das terras (pondo ao seu serviço melhor maquinaria, uma melhor divisão das propriedades e portanto uma melhor exploração, desenvolvendo infra-estruturas), eliminando para tal todos os que impeçam — ou não cooperem com esta via — pretendendo servir-se para tal da luta dos trabalhadores rurais.

Fazer uma melhor divisão e aproveitamento das terras implica eliminar os obstáculos que se levantam — todos os que não cooperam com essa via — este verdadeiro significado das expropriações e arrendamentos compulsivos:

«O Estado realizará expropriações para além de uma certa área, nas terras de regadio. A expropriação das terras pelo Estado será feita aos grandes proprietários. As terras expropriadas serão administradas pelo Estado e nelas será realizada uma acção de intensificação cultural, com o fim de se obterem maiores produções. Nas zonas de latifúndios serão impostas obrigações aos proprietários. O Estado consoante os casos procederá ao arrendamento compulsivo ou fará expropriações de terras que não sejam devidamente cultivadas.»

Mas essas expropriações ou arrendamentos compulsivos não são feitos em todas as grandes propriedades. Mais uma vez o Secretário de Estado da Agricultura nos esclarece:

«Há empresários que cumprem a sua função, tanto no cultivo das terras como no tratamento dos gados. Esses exercem a sua actividade com a perfeita compreensão das necessidades do país. Terão de merecer o nosso respeito. Mas há quem assim não proceda.»

São estes outros que interessa eliminar e contra eles canalizar a fúria dos trabalhadores em luta. As terras expropriadas serão administradas pelo Estado. Aos trabalhadores restará continuarem a ser explorados, agora pelos novos patrões, a nova burguesia de Estado, os gestores de Estado. Esta a verdadeira razão da ser da Reforma Agrária do Governo saído do 25 de Abril.

E os múltiplos partidos políticos existentes aparecem também, neste momento, todos a oferecerem os seus préstimos para melhor enquadrarem os trabalhadores. Uns, os vulgarmente apelidados de Reformistas, trabalham em grande fôlego, pois os trabalhadores rurais são um número bem significativo para as próximas eleições. Outros, apelam para a formação de um «Sindicato Revolucionário — aquele em que estariam eles e não os «reformistas» a substituírem-se na luta autónoma dos trabalhadores (Sobre o que pensamos sobre os Sindicatos, ver os Editoriais «Combate», n.º 15 e 16).

E aos trabalhadores rurais que competirá decidir qual das vias a seguir:

— ou, no decorrer da luta se organizam autonomamente, controlam os seus representantes constantemente e colectivamente decidem as formas de luta a desenvolver contra todas as formas de capitalismo — quer seja dos latifundiários, ou pequenos empresários privados, ou seja contra as novas formas de capitalismo de Estado — unindo-se na luta aos trabalhadores de fábricas, criando na base as verdadeiras formas de organização comunistas;

— ou, se deixam controlar e enquadrar pelos sindicatos outros órgãos de cúpula, ou quaisquer outros organismos ligados ao Estado (em caso de nacionalizações), que se substituem às massas nas decisões, na gestão de toda a vida económica e social, constituindo os novos patrões, de uma nova estrutura económica — o capitalismo de Estado — formando a nova burguesia que continuará a exploração dos trabalhadores.

FORA A NATO

(Conclusão da 1.ª página)

Trabalho. Com efeito, segurando com uma das mãos a metralhadora que lhes tinham dado para eventual repressão sangrenta dos trabalhadores, os soldados levantavam a outra mão, de punho cerrado, gritando as palavras de ordem que os manifestantes gritavam e mostrando bem — dando-se ou não plenamente conta disso — contra quem as suas armas, numa situação revolucionária, serão viradas em posição de fogo.

Os membros do colectivo do «Combate», tendo participado na manifestação na sua qualidade de trabalhadores, desempregados e comunistas, sentem-se no direito, porém, depois de terem expressado a sua opinião sobre os aspectos positivos da manifestação, de expressarem também o que pensam ter sido os seus pontos negativos. Os reparos que se seguem são, portanto, na nossa boca, apenas um contributo crítico para a reflexão comum sobre a acção comum.

O primeiro ponto negativo parece-nos ter sido o facto de o percurso da manifestação ser excessivamente longo. O segundo e último ponto que criticaremos refere-se à palavra de ordem «Fora a NATO — Independência Nacional». Na verdade, embora compreendendo esta palavra de ordem e as motivações que levarão à sua adopção, não podemos deixar de a considerar ambígua. Primeiro, porque a luta das forças revolucionárias de um país dado não é nacionalmente independente, mas pelo contrário se encontra, conscientemente ou não, imbricada nas relações de força internacionais entre as classes. Em segundo lugar, porque a luta contra o imperialismo ela própria não se pode pensar como um robustecimento de pequenas independências nacionais locais, mas como um combate internacionalista das forças revolucionárias contra o internacionalismo imperialista mundial.

COLECTIVO DO COMBATE



Desenhador búlgaro

Entrevista com elementos da comissão de trabalhadores da Grão-Pará...

COMB. — Poderiam numa síntese breve explicar como começou a luta e como se tem desenvolvido até ao momento?

TRAB. A — Em 13 de Dezembro veio um comunicado nos jornais, da administração a informar o pessoal de que efectivamente não haveria dinheiro para pagamento do 13.º mês...

Depois as pessoas, um grupo reduzido, começou a actuar no sentido de impedir que isso fosse levado para diante...

Quando o piquete que estava de vigilância à porta da Fernanda Dias da Silva a viu sair às 2 da manhã moveu-se...

Na obra do Estoril o pessoal tinha tomado já posições concretas, tinha mesmo efectuado uma greve reivindicativa...

uma Comissão Provisória; a finalidade primeira desta comissão era promover um Plenário a nível de técnicos e administrativos...

TRAB. B — A Comissão teve a aderência do pessoal com todas as assinaturas, não teve? Não foram só 50 pessoas que aderiram a essa comissão.

TRAB. A — Não, há aderência de todo o pessoal mas essa aderência explica-se no Plenário que foi exigido, pelos trabalhadores, antes da data marcada...

COMB. — Quantos elementos compõem a Comissão?

TRAB. A — A Comissão é composta por 5 elementos, curiosamente são desenhadores, um engenheiro e a secretária da ex-administração...



ção das empresas, a ocupação das instalações, pedindo a intervenção imediata do Estado...

OBRA DO ESTORIL

Na obra do Estoril o pessoal tinha tomado já posições concretas, tinha mesmo efectuado uma greve reivindicativa...

lhes foi exposta eles aderiram imediatamente à posição que nós tínhamos tomado e terminou aí a greve...

VILA MOURA

Tivemos a aderência da obra de Vila Moura, no Algarve, e da parte hoteleira, aderência que se traduziu na abertura do Motel, dos restaurantes...

COMB. — Quantos elementos compõem a Comissão?



MATUR

Na Madeira o pessoal das obras, construção civil, outra frente importante aderiu igualmente. Não estava em greve, mas tinham feito algumas reivindicações...

OBRA DO ESTORIL

Na obra do Estoril o pessoal tinha tomado já posições concretas, tinha mesmo efectuado uma greve reivindicativa...

ças maravilhosas aqui dentro, confirmando coisas de que havia suspeitas e como seja as negociações da administração da empresa tipo merceria...

AS NEGOCIATAS...

Encontra-se a Fernanda Pires a comprar lotes de 4000 açores ao valor nominal numa empresa e a vendê-las...



Fernando Pires e R. Valadão

constituição de sociedades da forma mais esquisita — por ex.: consegue-se constituir uma sociedade que viemos a constatar que não tinha património e mais um número de coisas quase indetermiáveis...

A ORGANIZAÇÃO PARA A LUTA

Há um ponto que faltou referir que é a organização em cada uma das frentes de trabalho de uma Comissão, neste momento funcionam 7 comissões...

COMB. — Qual especial responsabilidade neste processo cabe à Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo dada a situação de impasse em que se encontra?

COMUNICADO N.º 7

Os trabalhadores do Grupo Empresarial Grão-Pará em ocupação dos locais de trabalho desde 20 de Dezembro de 1974, acham oportuno, neste momento, divulgar as experiências de luta adquiridas...

I — Divulgam:

1. — Que, na sequência da iniciativa tomada pelos trabalhadores em 20 de Dezembro de 1974, foi nomeada, no dia 3 de Janeiro de 1975, por despacho conjunto das Secretarias de Estado do Comércio Externo e Turismo, do Tesouro e da Habitação e Urbanismo...

2. — Que, na sequência do trabalho de tal Comissão de Inquérito e não obstante as inúmeras fraudes detectadas, pediu a referida Comissão o prolongamento do prazo mencionado até ao dia 10 de Fevereiro de 1975...

3. — Que, entretanto, os trabalhadores continuam a ter por resolver os seus problemas, nomeadamente o que se refere a atitudes decisivas da parte das entidades que tomaram a seu cargo a aplicação do Decreto-Lei em causa...

4. — Nomeadamente, não foram resolvidos os problemas salariais do mês de Janeiro, não estando assegurada a sua cobertura no mês de Fevereiro...

5. — Não foram ainda congeladas as contas bancárias pessoais dos administradores especialmente implicados nas fraudes até agora detectadas...

6. — Não foi assegurada a gestão da empresa em termos formais por intermediação do Estado...

7. — Que o prolatamento de tal situação, nomeadamente o adiamento do prazo de conclusão do inquérito sem solução intermédia dos problemas existentes...

8. — Que especial responsabilidade neste processo cabe à Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo dada a situação de impasse em que se encontra?

II — Esperam:

14. — O apoio responsável dos trabalhadores, dos Sindicatos e dos sectores progressistas, dentro de uma perspectiva que implica a adequação sindical à fase de luta em que os trabalhadores se encontram empenhados.

IV — Agradecem:

15. — O apoio decisivo que lhes tem sido dado pelo M.F.A., pelos órgãos da informação e por todos os que, no decurso da sua luta, se têm mostrado de forma consequente como estando ao lado dos trabalhadores.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1975.

A COMISSÃO DE TRABALHADORES DO GRUPO EMPRESARIAL GRÃO-PARÁ

crata), diz que foi perseguido e mais não sei quê. Pois a primeira posição que rapaz tomou foi a de sabotar a luta, erap azul um processo divisionista. Quando chegou cá a primeira coisa que fez foi fazer uns telefonemas para a

encontra o acabamento dos hotéis Holiday Inn Vilamoura, Holiday Inn Estoril e Apartamento SOLFERIAS, os dois últimos com hipóteses de abertura a curto prazo...

II — Em face do exposto, os trabalhadores concluem:

9. — Que se impõe um especial controlo na aplicação do Decreto-Lei em questão dentro de uma perspectiva que vise acutelar realmente o interesse dos trabalhadores especialmente quando tal interesse vier ao encontro do interesse nacional...

10. — Que dentro de tal perspectiva é necessário que a nacionalização avance em termos concretos impedindo as manobras do patronato a que os trabalhadores têm que fazer face hora a hora...

11. — Que a concretizar tal afirmação se multiplicam as intervenções dos administradores ausentes no estrangeiro por contactos com as entidades oficiais em que agora se procuram apresentar como vítimas de um processo para o qual contribuíram por forma gravosa e que indubitavelmente tiveram lucros pessoais fraudulentos.

12. — Que os trabalhadores têm o direito de esperar neste País, aqui e agora, que a aplicação do Decreto-Lei n.º 660/74 não redunde em seu prejuízo, mas sim em apoio da atitude de responsabilidade que têm assumido na luta consequente contra as manobras do patronato atentórias da economia nacional...

13. — Que dentro das questões focadas, os trabalhadores esperam a natural adequação governativa e executiva que possibilite a concretização dos princípios definidos.

III — Esperam:

14. — O apoio responsável dos trabalhadores, dos Sindicatos e dos sectores progressistas, dentro de uma perspectiva que implica a adequação sindical à fase de luta em que os trabalhadores se encontram empenhados.

IV — Agradecem:

15. — O apoio decisivo que lhes tem sido dado pelo M.F.A., pelos órgãos da informação e por todos os que, no decurso da sua luta, se têm mostrado de forma consequente como estando ao lado dos trabalhadores.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1975.

A COMISSÃO DE TRABALHADORES DO GRUPO EMPRESARIAL GRÃO-PARÁ

Fernando Pires, para o Brasil e uma reunião com o pessoal e dizer: nós temos que encontrar uma solução para isto porque a dona Pires não pode ficar suja neste assunto, tem de ser salva...

COMB. — Quais são as ligações do Grão-Pará com o Brasil?

TRAB. B — Ao que consta o Grão-Pará nasceu no Brasil. Nessa altura as condições não eram muito favoráveis para desenvolver o esquema montado da especulação...

COMB. — Tem a CT tentado entrar em contacto com comissões de outras empresas? Não integradas na Reunião Inter-empresas?



ANÁLISE DO DECRETO-LEI N.º 660/74

TRAB. C — Quanto ao teor do comunicado n.º 7 (N.º ver neste n.º do Comb.) as razões que o determinaram foi a constatação de que o Decreto-Lei n.º 660/74 era um decreto-lei que podia vir a resolver determinados problemas, mas não resolvia todos...

COMB. — Quando não arranjam o quantitativo necessário para os salários como fazem a distribuição?

TRAB. A — No 1.º mês, distribuímos igualmente por todos. No segundo fomos para fazer o mesmo, fizemos uma reunião e concordou-se outra forma, dar X de percentagem a cada um consoante o dinheiro que havia...

COMB. — 60% sobre o ordenado de cada um?

TRAB. A — Sim, sobre o ordenado. Quando arranjam mais dinheiro, pagamos-nos do que falta.

COMB. — Qual tem sido a reacção da vossa clientela habitual por vocês estarem em autogestão?

TRAB. A — A nossa clientela acostou-se muito bem; voltou-nos as costas? Temos tentado arranjar outra clientela, para isso baixamos os preços em cerca de 30% na carta e fizemos um menu que se compõe dum «couvert, duma sopa, um peixe ou uma carne, um doce, vinho, café, com taxas incluídas 150\$00.

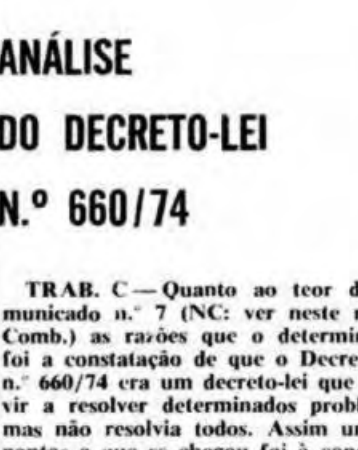
TRAB. C — Quanto ao problema de associação destas comissões de trabalhadores da Grão-Pará com outras Comissões de Trabalhadores, evidentemente que essa associação tem interesse até porque as lutas dos trabalhadores, ao fim e ao cabo, têm uma finalidade comum. As trocas de impressões que haja para comparação de processos, comparação de soluções, de erros cometidos, a adopção de formas mais correctas de luta...

COMB. — Quantos são vocês, por que sindicatos estão divididos e qual é o sindicato que vos tem apoiado?

TRABALHADOR A — Somos 24, 4 pertencem ao Sindicato dos Empregados de Escritório e 20 estão no Sindicato da Indústria Hoteleira.

COMB. — Como começou a vossa luta e quais as razões da mesma?

TRAB. A — Em primeiro lugar, isto não foi um saneamento dos padrões, mas sim um saneamento que eles nos queriam fazer a nós. No dia 19 de Novembro, quando viemos para trabalhar a porta estava encerrada e havia um dos patrões e um dos directores que recebiam o pessoal e nós diziam para tornarmos um usque e que nos fôssemos embora...



COMB. — Como é que vocês estão organizados na luta?

TRAB. A — No dia em que os patrões fecharam a porta, nós reunimo-nos e votámos uma comissão que estivesse mais ou menos à cabeça. Essa comissão é composta por um elemento de cada secção. Dias depois houve outra votação para eleger os delegados sindicais.

COMB. — A quem pertence a Varanda do Chanceler e que tipos de apoio têm sido?

TRAB. B — A Varanda do Chanceler pertence à Central, uma associação da CUF, mais tarde, em Maio, foi trespassada aos 2 irmãos do Trio Odemira, Carlos Costa e Júlio Costa...

COMB. — Até agora vocês têm garantido, pelo menos, o pagamento dos salários de que precisam, e quanto a vencimentos?

TRAB. A — A partir do dia 19, tudo o que temos comprado temos pago a prazo e nem queremos comprar nada a crédito, se bem que tenha havido várias empresas que nos tivessem oferecido crédito, mas nós não aceitamos.

COMB. — Quando não arranjam o quantitativo necessário para os salários como fazem a distribuição?

TRAB. A — No 1.º mês, distribuímos igualmente por todos. No segundo fomos para fazer o mesmo, fizemos uma reunião e concordou-se outra forma, dar X de percentagem a cada um consoante o dinheiro que havia...

COMB. — 60% sobre o ordenado de cada um?

TRAB. A — Sim, sobre o ordenado. Quando arranjam mais dinheiro, pagamos-nos do que falta.

COMB. — Qual tem sido a reacção da vossa clientela habitual por vocês estarem em autogestão?

TRAB. A — A nossa clientela acostou-se muito bem; voltou-nos as costas? Temos tentado arranjar outra clientela, para isso baixamos os preços em cerca de 30% na carta e fizemos um menu que se compõe dum «couvert, duma sopa, um peixe ou uma carne, um doce, vinho, café, com taxas incluídas 150\$00.

COMB. — Quantos são vocês, por que sindicatos estão divididos e qual é o sindicato que vos tem apoiado?

TRABALHADOR A — Somos 24, 4 pertencem ao Sindicato dos Empregados de Escritório e 20 estão no Sindicato da Indústria Hoteleira.

VARANDA DO CHANCELER EM AUTO-GESTÃO

COMBATE — Como começou a vossa luta e quais as razões da mesma?

TRAB. A — Em primeiro lugar, isto não foi um saneamento dos padrões, mas sim um saneamento que eles nos queriam fazer a nós. No dia 19 de Novembro, quando viemos para trabalhar a porta estava encerrada e havia um dos patrões e um dos directores que recebiam o pessoal e nós diziam para tornarmos um usque e que nos fôssemos embora...

COMBATE — Como é que vocês estão organizados na luta?

TRAB. A — No dia em que os patrões fecharam a porta, nós reunimo-nos e votámos uma comissão que estivesse mais ou menos à cabeça. Essa comissão é composta por um elemento de cada secção. Dias depois houve outra votação para eleger os delegados sindicais.

COMBATE — A quem pertence a Varanda do Chanceler e que tipos de apoio têm sido?

TRAB. B — A Varanda do Chanceler pertence à Central, uma associação da CUF, mais tarde, em Maio, foi trespassada aos 2 irmãos do Trio Odemira, Carlos Costa e Júlio Costa...

COMBATE — Até agora vocês têm garantido, pelo menos, o pagamento dos salários de que precisam, e quanto a vencimentos?

TRAB. A — A partir do dia 19, tudo o que temos comprado temos pago a prazo e nem queremos comprar nada a crédito, se bem que tenha havido várias empresas que nos tivessem oferecido crédito, mas nós não aceitamos.

COMBATE — Quando não arranjam o quantitativo necessário para os salários como fazem a distribuição?

TRAB. A — No 1.º mês, distribuímos igualmente por todos. No segundo fomos para fazer o mesmo, fizemos uma reunião e concordou-se outra forma, dar X de percentagem a cada um consoante o dinheiro que havia...

COMBATE — 60% sobre o ordenado de cada um?

TRAB. A — Sim, sobre o ordenado. Quando arranjam mais dinheiro, pagamos-nos do que falta.

COMBATE — Qual tem sido a reacção da vossa clientela habitual por vocês estarem em autogestão?

TRAB. A — A nossa clientela acostou-se muito bem; voltou-nos as costas? Temos tentado arranjar outra clientela, para isso baixamos os preços em cerca de 30% na carta e fizemos um menu que se compõe dum «couvert, duma sopa, um peixe ou uma carne, um doce, vinho, café, com taxas incluídas 150\$00.

COMBATE — Quantos são vocês, por que sindicatos estão divididos e qual é o sindicato que vos tem apoiado?

TRABALHADOR A — Somos 24, 4 pertencem ao Sindicato dos Empregados de Escritório e 20 estão no Sindicato da Indústria Hoteleira.

demos as razões. Quem nos tem ajudado um pouco, porque, de facto, não pode ser mais são os nossos colegas dos hotéis, mas também não podem ajudar muito, porque também estão a sofrer de falta de clientela, mas sempre que é possível mandam para cá os clientes, se mais não mandam é porque mais não têm. A provar o facto que eles, de facto, nos querem ajudar é que há uma convensão, quando os empregados dos hotéis mandam clientes para um restaurante recebem uma percentagem sobre as despesas feitas. Com bastante sacrifício eles, dia 6 de Janeiro, fizemos as contas desde o dia em que tomámos posse e fomos aos hotéis distribuir essas bonificações, pois os colegas do Hotel Ritz, do Tivoli, do Tivoli-Jardim e do Hotel Altis não aceitaram essas bonificações, nós não podemos esquecer disto.

COMBATE — Como é que vocês estão organizados na luta?

TRAB. A — No dia em que os patrões fecharam a porta, nós reunimo-nos e votámos uma comissão que estivesse mais ou menos à cabeça. Essa comissão é composta por um elemento de cada secção. Dias depois houve outra votação para eleger os delegados sindicais.

COMBATE — A quem pertence a Varanda do Chanceler e que tipos de apoio têm sido?

TRAB. B — A Varanda do Chanceler pertence à Central, uma associação da CUF, mais tarde, em Maio, foi trespassada aos 2 irmãos do Trio Odemira, Carlos Costa e Júlio Costa...

COMBATE — Até agora vocês têm garantido, pelo menos, o pagamento dos salários de que precisam, e quanto a vencimentos?

TRAB. A — A partir do dia 19, tudo o que temos comprado temos pago a prazo e nem queremos comprar nada a crédito, se bem que tenha havido várias empresas que nos tivessem oferecido crédito, mas nós não aceitamos.

COMBATE — Quando não arranjam o quantitativo necessário para os salários como fazem a distribuição?

TRAB. A — No 1.º mês, distribuímos igualmente por todos. No segundo fomos para fazer o mesmo, fizemos uma reunião e concordou-se outra forma, dar X de percentagem a cada um consoante o dinheiro que havia...

COMBATE — 60% sobre o ordenado de cada um?

TRAB. A — Sim, sobre o ordenado. Quando arranjam mais dinheiro, pagamos-nos do que falta.

COMBATE — Qual tem sido a reacção da vossa clientela habitual por vocês estarem em autogestão?

TRAB. A — A nossa clientela acostou-se muito bem; voltou-nos as costas? Temos tentado arranjar outra clientela, para isso baixamos os preços em cerca de 30% na carta e fizemos um menu que se compõe dum «couvert, duma sopa, um peixe ou uma carne, um doce, vinho, café, com taxas incluídas 150\$00.

COMBATE — Quantos são vocês, por que sindicatos estão divididos e qual é o sindicato que vos tem apoiado?

TRABALHADOR A — Somos 24, 4 pertencem ao Sindicato dos Empregados de Escritório e 20 estão no Sindicato da Indústria Hoteleira.

QUE PANDILHA!

Eu não sou um gajo honreiro, nós não temos nada a ver com a luta dos outros gajos

UM DA PANDILHA QUE ANDAVA DISFARÇADO



NEFIL:

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO PERÍODO DA LUTA (conclusão da entrevista do número anterior)

COMBATE — Quantos são e como se distribuem os trabalhadores desta fábrica?

TRAB. B — Ao todo são 237 trabalhadores, incluindo encarregados, desenhadores e empregados de escritório; operários são cerca de 180.

Fura-greves (ao todo 40); alguns operários que já estavam do lado do patrão, todos os do escritório, encarregados. Todos os desenhadores aderiram à ocupação.

TRAB. A — Há o caso de um moço, da secção de planeamento, que esteve do nosso lado e que forçado pelo pai foi falar com o patrão e coagido a assinar [v. Comunicado] e constatei ontem com ele que a luta do lado deles (do patrão) também não é nada fácil e nada gloriosa, pelo contrário. Anda para lá tudo em desordem. Aqui correu o boato de que as pessoas que fossem para o lado do patrão receberiam logo ordenado, o que não é verdade.

COMBATE — O leque de ordenados é muito grande?

TRAB. B — Um encarregado pode ganhar aí oito contos, não é? Nem chega.

TRAB. A — Um encarregado anda pelos seis contos e tal e o salário dos operários com mais de três meses de casa é de 3 300\$00, casados e solteiros com três meses de casa.

COMBATE — Então os 3 300\$00 é o salário mínimo o que querera dizer que só começaram a ganhá-lo depois do 25 de Abril?

TRAB. B — É.

TRAB. A — Aliás verificou-se uma coisa lá em baixo. Foi levantado o problema dos ordenados numa reunião e verificou-se que havia lá ordenados de miséria.

COMBATE — Neste momento a fábrica está a trabalhar e vocês estão a vender o que fabricam, não é?

TRAB. B — Exactamente.

COMBATE — E esse dinheiro vai para pagar os ordenados. Como é que fazem a distribuição do dinheiro?

TRAB. B — Isso é uma questão mul-

to problemática mesmo. Tem sido um quebra cabeças isto da autogestão. A gente queria adoptar uma forma mais socialista, mais de unidade. Aqueles que ganham mais cederam um pouco para apoiar aqueles que ganham menos e têm mais necessidades. Há uma série de entraves, porque as pessoas não estão preparadas para cederem, as que ganham mais. Acontece que estas põem uma série de problemas.

Por aquilo que consa lá em baixo e até por uma série de propostas que a gente fez dá a impressão que isto deve ser cumprir os ordenados e auxiliar os mais necessitados com subsídios de família. No caso de não haver dinheiro portanto, desconta-se aos ordenados proporcionalmente.

COMBATE — O problema da distribuição do dinheiro foi discutido em Assembleia?

TRAB. A — Exactamente.

COMBATE — E decidiram isso?

TRAB. B — Não. Há duas ou três propostas, uma proposta seria em função do trabalho.

TRAB. A — Outra em função das necessidades.

TRAB. B — Ainda foi proposta outra, que era tudo repartido por igual. A gente na realidade vê que isso não condiz.

COMBATE — Isto causou muita discussão na Assembleia?

TRAB. A — Todas as pessoas antes de entrar nesta luta já tinham problemas, devido a não termos, sei lá, ordenado que satisfizesse as nossas necessidades. Isto quer dizer que a partir do momento em que entrámos em luta já tínhamos problemas, problemas económicos...

Ora, se houvesse uma distribuição igualitária, isto na minha opinião vinha a provocar uma desunião entre os trabalhadores.

COMBATE — Neste momento já chegaram a acordo sobre isso?

TRAB. B — Não, mas aquela que é mais aceite é cumprir os ordenados e auxiliar os mais necessitados, no caso

de haver sobra. No caso de faltar era descontado proporcionalmente.

TRAB. A — No caso de não se apurar o suficiente nas vendas, não chegar para pagar os ordenados integralmente será descontado integralmente pois que se eu tenho um contrato colectivo que, por exemplo, me dá dez contos de ordenado será descontado proporcionalmente com o ordenado e isso para todos os trabalhadores.

TRAB. B — Também um aspecto que convém realçar é portanto, camaradas encarregados e outros que ganhavam mais estão dispostos a repartir com os mais necessitados.

TRAB. A — Neste momento, profítico-me a sacrificar-me em favor dos camaradas mais necessitados.

COMBATE — Tem tido muitas vendas?

TRAB. B — Temos. Para além de todos os comunicados que o patrão tem posto no jornal precisamente a responsabilizar e depois a pedir responsabilidades a quem compra os produtos, mesmo assim as pessoas marimbam-se para isso!

TRAB. A — Reforçando aquilo que disseste, a ma'ta entrou em autogestão e não começou logo a vender. Só começamos mais ou menos há uma semana.

TRAB. B — Isto começou no dia 13, mas nesses 2 ou 3 dias a seguir a gente não vendeu nada.

TRAB. A — Mas a greve já tinha começado. Começou em 26 de Dezembro.

COMBATE — Não sei se tem mais alguma coisa a dizer ou apelo a fazer...

TRAB. A — Eu, neste momento, como trabalhador em luta estou solidário com todos os camaradas da empresa, isto é, aqueles que estão do nosso lado e apelo para os trabalhadores em geral para que se unam em massa e se manifestem unanimemente pelos problemas dos trabalhadores.

TRAB. B — Uma coisa que convinha dizer, é que os nossos processos, as nossas resoluções, as nossas formas de resolver os problemas, ao que me

parece por aquilo que tenho constatado, diversos camaradas dos jornais e assim... eles têm dito que esta luta está mais ou menos bem orientada, bem estruturada. Assim eu queria apelar para os camaradas que tenham os mesmos problemas que sigam... mais um exemplo, mais uma experiência, uma forma de encarar os seus problemas.

Nós também nos temos servido de outros exemplos, outras fábricas, experiências de outros lados.

TRAB. A — Aliás, eu creio que se os trabalhadores de outras empresas, se amanhã pretenderem e verificarem que é mesmo necessário organizarem-se num processo de luta, acho que a luta dos trabalhadores da NEFIL é um exemplo, até para eles se assentarem em alíceres mais sólidos, talvez mais do que os nossos.

TRAB. B — Os trabalhadores da NEFIL também têm consciência do processo injusto de exploração que é o sistema capitalista e estão dispostos, nas próximas ocasiões em que hajam lutas de trabalhadores, a apoiá-los e se todos organizados pudermos desferir o golpe fatal...

TRAB. A — Quanto aquilo da gravação que conseguimos, não sei até que ponto é favorável ou desfavorável... Eu acho que é favorável... Foi-nos possível gravar através do telefone com um micro no auscultador toda uma conversa altamente reaccionária e altamente comprometida contra os trabalhadores da empresa que neste momento se encontram em greve.

COMBATE — Quem é que teve essa conversa?

TRAB. A — Um indivíduo que está do lado do patrão. Posso expor a coisa concretamente?

TRAB. B — Podes!

TRAB. A — Ora bem, temos um armazém que está a ser devidamente controlado por nós.

COMBATE — Aqui?

TRAB. A — Fora daqui, no Porto. E esse armazém tem lá um PBX e as chamadas para ir para uma loja vendedora, para um outro armazém, as

chamadas têm de passar por lá; ora, automaticamente, quando passam dá sinal ao PBX. Como está devidamente controlado por nós não fazemos mais do que levantar o auscultador e ouvirmos as conversas.

COMBATE — E controlado lá?

TRAB. B — Sim.

COMBATE — Não sei se isso vai comprometer as pessoas que lá estão...

TRAB. B — Não. Toda a gente sabe que está lá um indivíduo. Os próprios indivíduos que telefonam dizem «olá pá e tal...» «vai lá merdas, «a tua mulher é...» isto, é aquilo.

TRAB. A — Foi feita uma gravação em que um dos elementos que está do lado do patrão, enfim, maltratou todos os trabalhadores de cá chegando ao máximo de dizer que tinha lá duas granaças, que vinha cá e destrua isto tudo.

COMBATE — Esse indivíduo o que é?

TRAB. A — É empregado de escritório. E aliás, depois de ter toda esta conversa altamente depreciativa ainda disse que estava acompanhado por um funcionário do Estado!

TRAB. B — Não admira nada que esse indivíduo chegue aqui e...

TRAB. A — O indivíduo acusou que todos os trabalhadores que se encontram em luta eram homossexuais, que as esposas eram umas infelizes.

Que enquanto estavam aqui nos piquetes as esposas estavam em casa a ter relações com indivíduos...

TRAB. B — Chamava a todos cabrões, paneleiros... Isto aqui, se o apanham...

TRAB. A — E talvez como medida preventiva, de união de todos os camaradas, temos aqui um sistema de alifalantes para chamar as pessoas, não é, e foi posto um gravador no micro.

COMBATE — Com quem era essa conversa?

TRAB. A — Com uma empregada da DECORAMA, casa vendedora na rua de Sta. Catarina.

O QUE ACONTECEU EM HEYWOOD (CONCLUSÃO DA ÚLTIMA PÁGINA)

nimo, mas sem qualquer pagamento suplementar; o turno da tarde, apenas composto por mulheres, seria ampliado das 20 às 21 horas, tendo assim as trabalhadoras direito ao pagamento de uma hora extraordinária. O turno da noite, das 21 horas até de manhã, é composto apenas por homens. A fábrica nunca pára durante os sete dias e as sete noites da semana.

RELAÇÕES ENTRE AS MULHERES E OS DIRIGENTES E A DESLEALDADE DO PODER

Peter Bramah é o secretário distrital da AEUW. Na reunião de sábado falou detalhadamente sobre a SEI: «Em Eccles os que têm ligações com os patrões têm lançado boatos sobre ameaças ou tentativas de intimidação para com as mulheres» e «Havia a determinação por parte dos patrões de esmagar o sindicalismo dentro da fábrica.»

Bella Fullard que se encontrava perto «Peter não me deixou muito para dizer, excepto agradecer a todos os que se mostraram solidários conosco...»

O dirigente sindical promete apoio. Declara-se a favor das mulheres.

Para a assembleia esta posição era aceitável — na medida em que os dirigentes estão normalmente demolido longe da actual experiência de greve, suficientemente afastados dos problemas e consequentemente as suas atitudes de pretenso apoio invocam pessimismo. Se Bella tivesse tido oportunidade de historiar a greve, o orgulho das mulheres no seu esforço de luta ter-se-ia tornado mais visível e sairia fortalecido. Em vez de Peter Bramah dizer «Aprendi a falar com as mulheres de forma colectiva», a assembleia teria sido capaz de falar sobre o porquê da atitude não solidária dos homens. Peter Bramah podia ter começado a ima-

ginar que não se fala às pessoas de uma maneira colectiva, fala-se com elas.

Peter Bramah boicotou a luta das mulheres pelo salário igual, dois dias mais tarde. Negociou com a SEI que as mulheres retomassem o trabalho — a AEUW aconselhou as mulheres a aceitar os magros termos da proposta da administração

A assembleia foi absolutamente entusiástica em levar a cabo planos para um dia de greve no distrito de Bury, na segunda-feira seguinte, para forçar a decisão da SEI.

RELAÇÕES DAS MULHERES ENTRE SI, PARA COM O TRABALHO E O MUNDO EXTERIOR

Os dias de ocupação da fábrica e as noites passadas enroladas em cobertores permitiram uma troca e partilha da experiência adquirida no trabalho na SEI.

«Quando entrei para a SEI fazia cristais. Durante seis meses a máquina com que trabalhava fez saltar pequenas partículas para a minha cara. O chefe adaptou uma ponta nova, mas não ficou melhor. Cuidam mais das tarefas dos homens. As mulheres não se podem queixar. Ele disse que eu só causava distúrbios. E então pedi que me transferissem. Nos cristais fazia um prémio melhor, chegava a tirar 160. O melhor que conseguia fazer na soldadura foram 60. Nos cristais se se faz algo errado num pode-se fazer um novo — continua-se — mas na soldadura tem que se desfazer tudo e começar de novo. Perdi 5 libras por semana por ter mudado.»

Esta trabalhadora tinha estado antes numa fábrica de papel de parede — um outro grande patrão de mulheres das redondezas — e aguentou aquilo por meio-dia de trabalho diário. Descreveu mulheres que só se viam a si próprias através do que os

outros pensam delas. Porque são constantemente objectos para os outros, definem-se a si próprias por aquilo que os outros esperam delas, são prisioneiras das ideias que os outros têm a sua respeito.

As mulheres da SEI têm sido submetidas a condições de trabalho inaceitáveis:

«Estão sempre em cima de nós para nos espremerem mais qualquer coisa. Estou aqui há 12 anos. Trabalhava nos turnos da tarde por causa dos miudos. Muitas mulheres fazem o mesmo. O encarregado bateu-me, até às 4 horas. Continuou com a conversa de que precisavam de mais ajuda até que concordaram em trabalhar eventualmente até às 5.20. Jurei que nunca mais me apanhavam lá antes das 9 da manhã, porque tinha que ir por os miudos à escola, mas aqui estou eu agora a pegar às 8 como as outras.»

A administração não só arranja maneira de obter das mulheres mais horas de trabalho como faz novas cronometragens às tarefas de vez em quando. Uma melhoria na eficiência das máquinas significa proveito para a SEI e não para as mulheres que as utilizam.

«Se há qualquer modificação numa tarefa eles fazem uma nova cronometragem. A última vez alteraram os moldes. Contaram o tempo que esta rapariga (que era mais rápida que as outras) levava a executar a tarefa e assim mais ninguém é capaz de fazer os 85%. Temos que preencher as nossas cadernetas de prémio e a nossa senha uma vez por dia. O nosso número de trabalhador e a quantidade estão inscritos na senha. Tem tudo controlado no escritório, numa lista. Se a média de produção individual tem oscilações ou se se está cansada, isso também é registado. A administração, não contente com esta maneira tortuosa de extrair tra-

APELO

No decorrer da manifestação antifascista realizada no Porto a 25 de Janeiro, como protesto pela existência e realização do congresso do CDS, um camarada operário de Amarante, Francisco Monteiro, caiu atingido por uma bala da polícia (P. S. P.).

Lançamos um apelo a todos os camaradas, no sentido de angariar fundos para o pagamento das despesas com a sua recuperação que se prevê longa.

Os donativos podem ser enviados para seu irmão

SERAFIM CARLOS DA SILVA MONTEIRO
CAMPO DA FEIRA — AMARANTE

(Um grupo de trabalhadores de Amarante)

balho rápido às mulheres, explora ainda a competência e a eficiência. A experiência das mulheres revoltadas contra elas próprias.

«Na nossa sala há uma quantidade de tarefas diferentes, cerca de oito, penso eu, e todas juntas. Há muita montagem. É preciso cortar os arames, enfiá-los nos marcadores, soldá-los, ajustá-los, pô-los numa máquina que os dobra, enfiá-los nos envólucros, soldá-los a estes e enfiá-los à inspecção. O fio mais fino é de 0,6 milímetros. Se não se tem cuidado o fio dobra-se e já não serve.»

«Eu faço enrolamentos de bobinas — para os telefones —. Um homem não seria capaz, porque não teria a paciência necessária.»

«Eu queimei-me a soldar. Tenho cicatrizes no braço.»

«Eu trabalhei na Mutual Mills. Uma amiga minha ficou lá sem o polegar, a semana passada.»

«Eu tenho uma amiga que ficou sem a ponta dos dedos. Está em Middleton. Faz corte de vestidos.»

«Lembram-se da miúda, a Mourreen, quando o fio quebrou e a apanhou num olho?»

Jornal da greve 43
(suspensão) dos trabalhadores
da EFACEC/Inel
Lisboa 27-1-75

*Tudo o que é essencial e urgente
que não se possa não vir
é como quando se trata de vida.
Como é natural, não se hesita
nem mesmo a pagar não hesitar
por si mesmo.*
Camaradas: 78-036

Participa activamente na discussão e na elaboração do jornal!!!



**PLENÁRIO DOS
TRABALHADORES
DA «FORTIS» «OTIS»**

A Comissão dos trabalhadores da empresa «FORTIS» «OTIS» convidou os trabalhadores EFACEC/INEL-Sul através da CDDT a assistirem ao seu plenário que se realizou no dia 24/1/75 pelas 21 horas na sede dos Bombeiros Lisboenses.

A EFACEC/INEL-Sul esteve presente nesse plenário com dois elementos dos colaboradores e um membro da CDDT.

O motivo que levou os camaradas da «FORTIS» «OTIS» a realizarem este plenário foi devido a existirem fortes dúvidas quanto à plena garantia de emprego pois o Sredl, director da firma, em Portugal, não aceitou uma proposta dos trabalhadores em que exigiam garantia de emprego até Setembro de 1975.

A mesa da assembleia plenária era constituída pela comissão da «FORTIS» «OTIS» composta por 12 elementos e propôs a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

- Panorama geral da luta nomeadamente as duas últimas reuniões no M. T.;
- Leitura do comunicado da Direcção-Geral da «FORTIS» «OTIS»;
- Medidas a tomar.

A comissão expôs a situação frisando de que o Director Sredl não aceitou garantir o pleno emprego a todos os trabalhadores pois essa medida só pode ser decidida pelo Director Fogiron que é um francês que governa o Grupo Internacional «OTIS».

O Director Sredl informou que o Fogiron só vem a Portugal no dia 10 de Fevereiro e que nesse dia se reuniria com a comissão de trabalhadores no M.T. a fim de resolver a questão.

Houve várias intervenções de camaradas presentes em que foi salientado a necessidade urgente de garantir o pleno emprego, e que consideravam uma medida desmobilizadora o tempo de espera até dia 10 de Fevereiro pelo Director Fogiron.

Foi lido o comunicado da Direcção-Geral da «FORTIS» «OTIS» entregue à comissão dos trabalhadores no M.T. e que diz:

- Não tem intenção de proceder a despedimentos;
- Que enviarão a Portugal mais encomendas.

Um camarada frizou que na manhã do dia em que foi entregue a comissão o comunicado da Direcção-Geral esteve a ler uma acta da reunião da Direcção e que nela estava escrito ser intenção da Direcção em reduzir as encomendas à «OTIS» portuguesa.

Outro camarada informou de que em reunião com supervisores foi informado de que a empresa estava na disposição de reduzir as dimensões da empresa, em acabar com a fábrica e ficarem somente com uma officina de reparações.

Foi frizado por outro camarada de que a assembleia analisasse a

contradição que existe entre o comunicado da Direcção-Geral entregue à comissão e as informações dos camaradas.

No ponto medidas a tomar foram apresentadas várias propostas entre elas uma da comissão dos trabalhadores e a decisão final foi:

- 1.º — Que na segunda-feira dia 27/1/75 se informe o Sredl de que os trabalhadores exigem a presença do Fogiron até quarta-feira dia 29/1/75 caso isso não se verifique fica proibida a entrada do Sredl nas instalações da empresa.
- 2.º — Que se aguarde a vinda do Fogiron até dia 10/2/75.
- 3.º — Que se paralise imediatamente o trabalho sa até ao dia 10/2/75 for feito qualquer despedimento sem justa causa.
- 4.º — Que se realize no dia 14/2/75 uma assembleia para tomar medidas no caso de não se chegar a acordos no dia 10/2/75 com o Fogiron.
- 5.º — Que seja exigido ao Fogiron o afastamento do Sredl da Direcção da empresa e a sua substituição no prazo de 30 dias por um novo Director-Geral que não seja nenhum dos que presentemente façam parte da Administração.

Após a aprovação dos 5 pontos da proposta um camarada falou à assembleia sobre a gravidade de se executarem horas extraordinárias pois a feitura de horas extraordinárias ainda mais contribuem para o desemprego.

Seguidamente um elemento da comissão de trabalhadores leu o suplemento da folha informativa n.º 2 das reuniões inter-empresas fazendo lembrar ser necessário de que todos os trabalhadores tomem consciência da necessidade que há em a classe explorada tomar medidas contra o desemprego.

Foi comunicado por esse elemento que alguns elementos da comissão estariam presentes no dia 26/1/75 na reunião inter-empresas a fim de ser posta em prática a manifestação contra o desemprego.

**UMA CARTA:
UMA OPINIÃO DE QUEM NÃO NOS LEU**

A publicação pelo «Combate» desta carta é o melhor dos comentários que lhe poderemos fazer. Esta publicação é também eloquente acerca do modo pelo qual os «partidos da classe operária» «educam» ou «ensinam» os seus militantes.

Senhores:

Recebi 3 jornais «Combate», os quais devolvo por não me interessar a sua leitura.

Passei com os olhos por alguns títulos e vejo que dizem mal do M. F. A.

Ora eu, estou com o M. F. A. pois foram eles que nos livraram da ditadura fascista e vós? onde estáveis antes do 25 de Abril.

Meu pai António de Almeida morreu nas garras da Pide em 21-1-1949, mas morreu pelo trabalhador, por ter lutado contra o regime Salazarista e vós? onde estavam?

Eu sei, dormindo num berço de ouro e agora andam a jogar às lutas dos trabalhadores quando eles sempre lutaram e lutarão, não é preciso vocês andarem

Comunicado da Comissão de Trabalhadores das Empresas do GRUPO BORGES (MIGUEL-QUINA)

A Comissão AD HOC dos Trabalhadores (Grupo Miguel Quina) traz ao conhecimento do público alguns factos que se vêm notando dentro deste grupo monopolista, com grave prejuizo da classe trabalhadora e da luta que a mesma vem travando para esmagar o fascismo e o capitalismo.

O Grupo Miguel Quina, que tem mais de 60 empresas e explora milhares de trabalhadores em todo o País, continua a manter nos seus quadros dezenas de licenciados e técnicos com ordenados elevadíssimos muitos em mais de uma empresa, embora alguns nunca ponham os pés nos locais de trabalho.

Entretanto as lutas desenvolvidas por melhores condições de trabalho e de vida foram entravadas e reprimidas pelas administrações, orientadas pelo Dr. Miguel Quina, chegando-se a situações bastante graves na Mabor e no Jornal do Comércio.

Na Eurofil, quando da tentativa de despedimento de 300 operários, os trabalhadores ocuparam as instalações, tendo intervido a Marinha por solicitação da administração. Porém os militares reconhecendo as razões dos trabalhadores confraternizaram com eles e os camaradas, unidos na sua luta, não permitiram os despedimentos.

Na Mabor, uma greve começada em princípios de Maio, veio a terminar só em fins de Julho. A maior parte das reivindicações apresentadas não foram atendidas.

No Jornal do Comércio, após a greve, houve tentativa de despedimentos, ao que os trabalhadores disseram NÃO.

Na Star a administração anunciou despedir mais de 20 trabalhadores e acabou por despedir quatro sem justa causa, os quais foram reintegrados por imposição dos camaradas de trabalho.

Na Icesa, estaleiro de Algés, também houve tentativa de despedimento dum operário que só não se concretizou devido à atitude firme e imediata dos trabalhadores.

Em consequência da luta desenvolvida veio a ser despedido o Eng.º Mariz, pessoa que tinha tentado fazer o despedimento daquele operário.

Ainda na Icesa, nos estaleiros de Agualva-Cacém, foram despedidos 36 trabalhadores em Setembro de 1974, invocando a administração as leis fascistas anteriores a 25 de Abril e aproveitando a ignorância dos trabalhadores em relação aos seus direitos. Posteriormente houve tentativa de despedimento de mais de 90 trabalhadores, que não se concretizou devido à união e à consciência de classe demonstrada nessa altura pelos camaradas.

Faz-se notar que este grupo económico sempre teve grandes ligações com o governo fascista e continua a manter na organização elementos altamente comprometidos.

São do conhecimento público os nomes e actividades de uma parte desses «senhores»:

Gonçalves Rapazote: ex-ministro do Interior e elemento activo da repressão, presidente do Conselho Fiscal do Banco do Alentejo.

Guilherme Braz Medeiros: do Diário Popular.

António Costa Félix: do Banco Borges & Irmão, assinou o requerimento para a manifestação da «maioria silenciosa», fugiu para Espanha.

Júlio da Costa Moraes: do Banco Borges & Irmão, cunhado do anterior, fugiu para o Brasil.

José Miguel Maia Pereira: do Banco Borges & Irmão, elemento da Legião Portuguesa e da FAC.

António Ayala Boaventura: da Data, elemento da Legião Portuguesa com o

n.º 117119 e da FAC.

José Costa Deitado: da Data, director do jornal do Partido do Progresso e elemento activo deste partido neonazi.

Quirino dos Santos Mealha: Presidente do Conselho de Administração do Banco do Alentejo, administrador da Icesa, sócio n.º 17305 da ANP desde 21-11-34.

Rui Marchante: da Icesa, e da Legião Portuguesa.

Fernando Pina e Almeida: Do Banco Borges & Irmão, preso em Caxias, fazia a ligação da Pide com empresas do Grupo Quina.

Foi no seguimento da prisão de Pina e Almeida que Miguel Quina foi já sujeito a interrogatório.

Mas além destes elementos outros existem no Grupo Quina. Lembra-se que estão ligados a este grupo os ex-professores da Faculdade de Direito: Adelino da Palma Carlos, Pedro Soares Martinez, Paulo Cunha, Cavaleiro Ferreira e Rui de Albuquerque, que logo após o 25 de Abril expressaram ao Marcelo Caetano os votos de breve regresso ao exercício das suas funções universitárias invocando os altos serviços prestados à universidade portuguesa.

A juntar a estes factos existe mais o seguinte: na Icesa havia um piquete permanente da Pide composto por cinco elementos: Vitorino Dias Gonçalves, Orlando Gomes Martins, Abílio Francisco Esteves e António Manuel da Silva.

Porém o Dr. Miguel Quina continua as suas deambulações pelos meios financeiros e diplomáticos, tentando arranjar um clima que favoreça a sua estabilidade dentro e fora do País.

Uma das suas últimas jogadas foi um jantar que deu em honra do embaixador do Senegal. Nesse jantar conseguiu reunir à sua volta algumas figuras de relevo da vida política (incluindo um ministro do Governo Provisório).

Pergunta-se: com tantos problemas criados aos trabalhadores pelas administrações e seus lacaios, face à permanência ainda de criminosos e fascistas nas empresas do grupo Quina, poderão os trabalhadores ficar indiferentes a toda esta situação? Poderão os trabalhadores deixar passar em claro as jogadas oportunistas de Miguel Quina e seus servilistas?

PELO DERRUBE DO CAPITALISMO. ABAIXO OS MONOPÓLIOS E SEUS LACAIOIS. MORTE AO FASCISMO. EM FRENTE PELA UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

Já após a elaboração deste comunicado a Comissão AD HOC veio a ter conhecimento do comunicado da Comissão de Trabalhadores da Eurofil, que é do seguinte teor:

«Na continuação da luta que os 1600 trabalhadores da Eurofil vêm travando desde Maio, contra despedimentos, sabotagem económica e incompetência da Administração, foi aprovado a ocupação imediata da empresa e suspensão da Administração.

As investigações efectuadas pelos trabalhadores levaram à descoberta de irregularidades de toda a ordem e conduziram a esta tomada de posição.

Foi entregue ao MFA um memorando com os aspectos mais importantes das irregularidades descobertas e solicitando a sua intervenção.

Cientes que esta sua tomada de posição está na linha do espírito revolucionário inspirado no movimento vitorioso do 25 de Abril, os trabalhadores da Eurofil estão fortemente seguros de que esta sua atitude contribui para a construção de uma sociedade nova, sem exploradores nem explorados.

COMISSÃO AD-HOC



O jornal "Combate" é uma tribuna aberta à livre expressão de todos os trabalhadores em luta. É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate ao capitalismo.

Mao, se grandes são os lutas dos explorados, são fracos os seus recursos financeiros.

O "Combate", que se apoia somente nos trabalhadores, que não é órgão de nenhum partido ou grupo político, tem de lutar constantemente pela sua sobrevivência económica.

Se achas que o "Combate" tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos operários, apoia-nos tornando-te assinante e tornando o assinante o teu amigo e camarada.

CAMARADA: COLABORA NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS!

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º _____

1 ano (52 números) — 120\$00; 6 meses (26 números) — 60\$00; apoio (anual) — 200\$00

Para o estrangeiro há que acrescentar os portes do correio

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio _____ \$ _____

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome do director)

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C-D.
LISBOA-4

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

Maria Suzette Almeida Ferreira

FRANÇA: A GREVE DOS CORREIOS OU A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES

Depois de termos publicado uma «Carta aberta dos trabalhadores dos Correios franceses aos seus colegas portugueses» e a «Carta de amargura dos trabalhadores dos Correios de Paris (Tri-Est)», resumimos em alguns pontos os aspectos principais do que foi, em França, a maior greve dos correios dos últimos vinte anos.

Lá como cá, os trabalhadores vêm as suas lutas traídas e torpeadas pelos chamados dirigentes das organizações operárias.

Lá como cá, os trabalhadores vão-se apercebendo, apesar de todo o martelar ideológico dos diversos representantes, vanguardas, aspirantes a representantes e aspirantes a vanguardas da classe operária, que o reformismo e a colaboração de classes não são vírus a que estarão particularmente atreitos certos dirigentes, mas a consequência objectiva das formas de organização burguesa (hierarquia, separação entre o executivo e as massas, delegação do poder) no seio dos trabalhadores.

As formas de organização burguesa reproduzem fatalmente relações burguesas e contra-revolucionárias, e as ditas vanguardas e seus aspirantes não são mais que candidatos a novos exploradores.

1 — A greve eclodiu no dia 17 de Outubro de 1974, espontaneamente, sem pré-aviso e fora do controlo de qualquer organização partidária ou sindical. O

centro do movimento, que se estende rapidamente a todo o país, são os centros de separação de correio da região parisiense.

As reivindicações apresentadas referem-se à melhoria das condições de trabalho (diminuição dos ritmos, etc.) e ao aumento dos efectivos. Além disso é exigido um aumento de salário de 200 F para todos (com um mínimo de 1700 F de salário mensal).

2 — Os efeitos da greve começam rapidamente a fazer-se sentir. A distribuição do correio em Paris é quase inexistente. O bloqueamento dos cheques postais ameaça causar perturbações nos pagamentos de salários no fim do mês.

3 — A Polícia faz evacuar pela força alguns centros de separação ocupados pelos grevistas. Os sindicatos CGT, CFTD e FO tomam em mão as negociações com o secretário de Estado dos PTT (Correios).

A greve estende-se a todos os serviços de telecomunicações.

4 — Todas as manhãs, assembleias gerais nos locais de trabalho decidem a estratégia unitária a adoptar. Manifestações pressionam o governo enquanto os sindicatos discutem as reivindicações dos trabalhadores com os poderes públicos.

5 — O conflito agrava-se com a prolongação da greve. O governo não cede

e manda novamente intervir a polícia contra os piquetes de greve.

De um panfleto dos trabalhadores: «Visivelmente, o poder e os patrões riem-se dos simples pedidos de negociações das direcções das organizações operárias. Do mesmo modo, ficam impassíveis face a delegações dos trabalhadores ou às jornadas e semanas de acção, simbólicas e sem futuro algum.

A única linguagem que compreendem os patrões é a adoptada pelos trabalhadores dos Correios: luta global, desenvolvida massivamente e até à satisfação de todas as reivindicações».

6 — O governo faz novas propostas, cedendo em diversas reivindicações secundárias com um duplo objectivo: dividir os trabalhadores e lançar a opinião pública contra os grevistas.

A 5 de Novembro os trabalhadores rejeitam massivamente estas propostas. Declarações de um grevista do centro de «Stris de Saint-Lazare»:

«Não foi por acaso que a malta recusou retomar o trabalho após as propostas de Chirac-Lelong. A reivindicação essencial é de 1700 F de salário mínimo. Se o governo não a quer satisfazer é porque quer conservar a massa de trabalhadores, sub-pagos para fazer pressão sobre os outros trabalhadores estatutários da Administração. Por outro lado prevê-se, num plano a longo prazo, que todos estes trabalhadores ve-

nham a ser despedidos com a modernização dos serviços...»

7 — Ao mesmo tempo, para tentar furar a greve, o governo e o patronato organizam serviços paralelos de distribuição do correio.

Neste capítulo adquirem particular significado o Exército e as chamadas empresas de trabalho temporário. Cada vez mais o estatuto de trabalhador temporário vai criando uma imensa reserva de fura-greves para o patronato. Numa carta de uma dessas empresas (Asi Intérim), escreve-se: «Há quatro semanas criámos um serviço que assegura a distribuição do correio dos nossos clientes (...).

Já distribuímos em Paris mais de três toneladas de correio. O que é que pretendemos provar com isto? Que uma empresa de trabalho temporário pode resolver, rapidamente e bem, os mais imprevistos problemas de pessoal...»

A Manpower (a maior empresa de trabalho temporário) colabora directamente com o Ministério dos PTT e envia os seus empregados fazer a separação do correio para os quartéis.

8 — Pressionados pelo governo e pela opinião pública, e determinados a conservar o conflito dentro de limites «razoáveis», os sindicatos começam a ceder. Entretanto, todas as tentativas de generalização do movimento a outros sectores (serviços públicos, fábricas, etc.)

efectuadas pelos grevistas são sistematicamente boicotadas (mesmo por oposição física) pelos sindicatos.

O primeiro-ministro Chirac declara: «A greve dos centros de separação de correspondência escapa ao controlo de toda a gente, mesmo dos sindicatos».

9 — O governo não cede. Para o fim de Novembro, centro após centro, burocracia após burocracia, não conseguindo sair do seu isolamento em relação aos outros sectores do trabalho, os grevistas vão retomando o trabalho.

«NÃO PENSEM QUE CONTINUAREMOS A TRABALHAR COMO DANTES!» reflecte amargamente um grevista. Neste resumo da situação encontramos as conquistas da greve: Aumento da consciência dos trabalhadores, desenvolvimento de novas relações entre os trabalhadores tendendo cada vez mais para uma efectiva gestão das suas lutas de modo democrático e anti-hierárquico, novo golpe na «credibilidade» dos sindicatos e partidos políticos, que se comportam abertamente como organizações contra-revolucionárias.

«NÃO PENSEM QUE CONTINUAREMOS A TRABALHAR COMO DANTES». Sim, depois desta derrota, a luta vai continuar, e já se avançam novas formas de acção: Baixa dos ritmos, recusa de horas extraordinárias, etc.

OCUPAÇÃO DA S. E. I. (Inglaterra) PELAS TRABALHADORAS

(Segundo artigo recolhido da revista «Spare Rib» de Janeiro de 1975)

A fábrica da S.E.I. (Salford Electrical Instrument) é uma das muitas pequenas fábricas subsidiárias da General Electric, o império G.E.C. - A.E.I.

Trabalham nesta fábrica muito mais mulheres (400) do que homens (200). Fazem um trabalho complicado que requer uma concentração intensa e exacta. A produção assenta no trabalho feminino.

O baixo nível de salários, aliado ao aumento do custo de vida, levou as mulheres a entrar em greve, que se manteve durante 11 semanas — de Agosto a Outubro de 1974 — reivindicando o salário igual para trabalho igual.

A greve falhou. A acção das mulheres foi sabotada pelos homens, seus companheiros de trabalho, a sua união não foi efectiva, visto que continuaram a trabalhar, o amplo apoio necessário não foi organizado a tempo.

RELAÇÕES ENTRE AS MULHERES E ENTRE ESTAS E OS HOMENS NA FAMÍLIA

Na troca de impressões entre as mulheres sobressaem as absorventes responsabilidades das mulheres casadas e a conhecida desconfiança em relação à capacidade dos homens em levar a cabo as tarefas domésticas. Uma mulher, de olhar suave e macilento, não podia estar presente na concentração marcada para a tarde de sábado, 19 de Outubro, que era organizada pelo Grupo das Mulheres Trabalhadoras de Manchester, com o objectivo de divulgação da greve. «Vou deixar o meu homem às voltas no supermercado e ele vai trazer para casa sei lá bem o quê.»

A compreensão aprofundou-se entre mulheres da mesma família. A filha de uma mulher, que trabalhava na mesma sala, dizia: «Embora façamos o mesmo trabalho das mulheres, somos mais mal pagas quando temos menos de 18 anos.» Para as raparigas o salário não chega a ser 10 li-

bras. Uma outra dizia: «A minha filha tem 15 anos e não estava muito interessada na greve. Veio ter comigo ao sítio onde fazíamos piquete: — «Oh mãe, é horrível vocês aí a gritar às mulheres que querem entrar.» — Eu falei com ela e expliquei-lhe em que medida isto lhe dizia respeito e afectava o seu futuro.»

RELAÇÕES ENTRE AS MULHERES E ENTRE ESTAS E OS HOMENS DENTRO DA FÁBRICA

Bastante consciente é a raiva surda para com os inimigos dentro da fábrica. «Na manhã de sábado, depois de ter havido algumas idas lá abaixo à casa de banho, foi a minha vez de lá ir para lavar as chuteiras de chá. A chave não entrava. Na véspera não estava fechada. Só naquela manhã continuava fechada à chave misteriosamente. O «grandes», como lhe chamam, tinha enchido o buraco da fechadura com papel. «Uns reles é o que eles são.»

No desespero de que a greve não fosse bem sucedida que os homens não aderissem, no princípio de Outubro, as mulheres ocuparam a fábrica, passando furtivamente pelos guardas de segurança para se apoderarem do quadro da distribuição e da recepção. «Pusémos uma corrente com um cadeado e arame farpado no portão de trás para obrigar os homens a ficar cá dentro», disse Pat MacMahon, que ajudou a distrair os guardas.

«3 libras por um cadeado que só serviu para meia-hora», disse Bella Fullard mecanicamente. Os homens cortaram-no às 5,30, no fim do turno do dia. Bella era a dirigente da greve. Trabalha na SEI há 24 anos, tendo voltado ao trabalho alguns anos depois de terem nascido as suas três filhas; estava exausta, a ponto de adormecer com a cabeça sobre a mesa, a meio da nossa conversa. Todas as mulheres estavam cansadas. «Tenho os nervos esfrangalhados, não consigo dormir, e a si vejo-a à roda. Isto está sempre na nossa cabeça. A semana passada pensei: não

vou hoje. E fiquei a chorar toda a manhã. Fiquei a pensar em quem estaria de piquete. Era sempre duro quando alguém furava.»

Depois de uma assembleia de greve, há duas semanas, 24 mulheres retomavam o trabalho. Fartas de provocar as fura-greves, na sexta-feira, à tarde, quando o turno das 5,35 às 9 pegou, as mulheres de piquete cantavam uma cantilena às «furas» que se encolhiam em grupos, escondendo cuidadosamente a cara sob os guarda-chuvas, quando passavam por entre as outras, para dentro da fábrica.

Dizia-se que algumas delas eram novas trabalhadoras. Em relação a umas quantas havia azedume. «Ela era uma espia na comissão. Tivemos consciência de como os nossos planos estavam a falhar.» E a velha percepção de que qualquer mulher, cujo marido estivesse relacionado com a administração, ia ser leal para com ele e não para com a companheira de trabalho.

O conflito surgiu algumas vezes: «Não é nada pessoal contra si, mas eu tenho que retomar o trabalho. Você pode considerar que não é uma questão pessoal, mas para mim é o tremendamente.»

Divertiam-se a ridicularizar a arrogância dos homens que escoltavam as fura-greves. «O chefe de produção costumava vir cá fora fumar o seu cigarro. Uma vez batemos-lhe as palmas. Ele subiu imediatamente e nunca mais saiu.»

Os receios ameaçavam a resistência — preocupações sobre quanto tempo as grevistas poderiam aguentar-se e sobre as represálias de que poderiam vir a ser vítimas quando recomçassem o trabalho. «Ouví algumas delas a conversar fora da tesouraria, ontem. Penso que estão a ficar um bocadinho cansadas e assustadas.» As mulheres tiveram que ser muito corajosas para tomar esta decisão — ninguém esperava que a greve durasse tanto tempo. Na outra fábrica Salford, não muito longe, em Eules, as trabalhadoras ignoraram três apelos da AEUW — o sindicato a que pertencem — para largar os instrumen-



tos de trabalho como apoio às mulheres de Heywood. Apesar do facto de virem também a beneficiar das eventuais conquistas recusaram solidarizar-se.

RELAÇÕES ENTRE AS MULHERES, O TRABALHO E OS SALÁRIOS

O trabalho é remunerado por escalões. Há um salário básico por semana. O das mulheres é 18,25 libras e inferior ao dos homens.

«Ao fundo do pátio há um departamento em que as mulheres trabalham ao lado dos homens e não recebem o mesmo salário.»

«Estão a tirar as mulheres de algumas tarefas e a substituí-las por homens que ganham mais. Não sabemos quanto.»

«Nunca vi um homem fazer o meu trabalho. Penso que os homens não teriam a paciência necessária.»

Considerando a maneira como as mulheres são pagas pelo seu trabalho, elas são empurradas para a competitividade. No topo do salário básico há um suborno. A palavra oficial é prémio. O prémio difere de acordo com o sexo e de acordo com a tarefa — é uma selva de incentivos individuais. O prémio máximo para as mulheres não pode ser superior a 85 % — o dos homens pode ir até 150 %.

O trabalho de cada mulher é cronometrado e comparado com o das outras. «Acima de nós estão os encarregados e acima deles os fiscais. Chegam junto de nós com um relógio que põem na nossa frente. Dizem «isto ajuda-a a acabar isso mais depressa... E nós ficamos com um olho no nosso trabalho e outro no relógio. Eles vêm e dizem, «Oh, seis minutos, não está má!»

«Há patrões de mais.»

«Há sempre patrões de mais.» Tanto os homens como as mulheres recebem salários limites. Nem uns nem outros receberam o aumento de 4 libras anunciado pelo Governo em meados de Outubro. Antes da greve o salário mínimo das mulheres era 1,60 libras.

Depois de os operários especializados terem tido uma acção reivindicativa bem sucedida na fábrica, em Abril/Maio deste ano, a AEUW prosseguiu com a reivindicação das mulheres por salário igual, em Julho.

A administração propôs, em Outubro, uma solução que consistia em conceder às mulheres prémios iguais aos dos operários não especializados; nenhum aumento no salário base; um aumento de 0,8 libras no salário mí-

(Continua na pág. 6)